

**A LÍNGUA NACIONAL E SEU ESTUDO:
UMA CONFERÊNCIA DE SOUSA DA SILVEIRA
SOBRE O PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Maurício Silva (Univ. Nove de Julho)
maurisil@gmail.com

RESUMO

O presente artigo analisa as relações entre a língua portuguesa e o nacionalismo linguístico no Brasil. Além disso, destaca tais relações tanto a partir da historiografia linguística quanto da análise do discurso, a fim de revelar as ideias linguísticas presentes numa conferência de Sousa da Silveira.

Palavras-chave: Historiografia linguística. Análise do discurso.
Nacionalismo linguístico. Língua portuguesa.

Para se entender cabalmente o complexo processo de constituição, desenvolvimento e consolidação de um documento linguístico é necessário estudá-lo a partir de uma perspectiva, a um só tempo, extensiva e intensiva, a qual requer – de um ponto de vista *historiográfico* – a reconfiguração do contexto geral da época na qual o documento estudado se inscreve; o resgate do ideário linguístico que deu sustentação à construção do conhecimento linguístico; a comparação entre referências conceituais e taxionômicas presentes na obra em análise e a terminologia técnica utilizada pelo pesquisador. Todo esse procedimento analítico diz respeito à complexa questão da *metalinguagem*, que de acordo com Konrad Koerner seria a maneira pela qual o historiógrafo da linguagem “empreende a descrição e apresentação de teorias da linguagem do passado aos pesquisadores do campo presente”, obedecendo, para tanto, a três princípios fundamentais:

- a) o estabelecimento do clima de opinião, já que “as ideias linguísticas nunca se desenvolveram independentemente de outras correntes intelectuais do período” (*princípio de contextualização*);
- b) a definição interna do quadro geral de investigação e da terminologia utilizada no documento estudado, a fim de “estabelecer um entendimento completo, tanto histórico quanto crítico, talvez até filológico, do texto linguístico em questão” (*princípio da imanência*);
- c) as possíveis “aproximações entre o vocabulário técnico e o quadro de

trabalho apresentado no trabalho em questão” (*princípio de adequação*) (KOERNER, 1996).

Daí a necessidade, como salientamos acima, de um estudo ao mesmo tempo extensivo e intensivo, o qual se traduz, num contorno mais prático, no que Pierre Swiggers define como sendo uma análise particularizante, a qual “*focusses on the specific way in which a particular linguistic insight was brought about and formulated*”, e uma análise generalizante, na qual “*we study the types of models which carry linguistic knowledge*”, ambas imprescindíveis à eficácia da abordagem historiográfica do documento e correspondentes à conjunção de uma descrição *content-oriented*, isto é, que se volta para as particularidades internas da linguagem, e uma descrição *context-oriented*, ou seja, que envolve a linguagem em seu contexto social e cultural (SWIGGERS, 1989).

Com efeito, a metalinguagem, conceito que está na base das atitudes metodológicas acima observadas, é a dimensão mais evidente da historiografia linguística, estando a reflexão sobre a linguagem, ainda na opinião de Swiggers, diretamente ligada às estruturas mesmas da metalinguagem (SWIGGERS, 1997). Da mesma maneira que a historiografia – diferentemente da história – não está preocupada com o *fato* propriamente dito, mas com os discursos e representações que sobre ele se fazem, a historiografia linguística não se ocupa da linguagem verbal em si mesma, mas dos registros discursivos e das representações ideológicas que dela se constroem, os quais representam linhas de pensamento múltiplas, cabendo ao historiógrafo decidir, entre as muitas existentes, aquela que deve constituir o foco de atenção em determinada época (KOERNER, 1989).

Por essa razão, a historiografia linguística se preocupa antes com o sistema linguístico inserido em uma complexa conjuntura social, por meio da qual se constrói um imaginário linguístico permeável a épocas distintas e que surge a partir de condições contextuais igualmente variáveis: processos de recepção e de institucionalização, acessibilidade do público leitor, códigos de uso e práticas de leitura, condições de legibilidade etc.

Dono de uma reconhecida capacidade de discernimento linguístico e dotado de rara clareza de exposição didática, Sousa da Silveira (1883-1967) pode ser considerado – ao lado de alguns dos grandes estudiosos da língua portuguesa no Brasil, como Said Ali ou Mattoso Câmara – um de nossos maiores linguistas – num entendimento lato do termo –,

cuja ideias, embora tenham extrapolado os limites territoriais de seu país de origem, não têm merecido, presentemente, a merecida atenção. Entre outras coisas, pode-se afirmar que – tendo criado uma obra quase toda voltada para as mais candentes questões acerca de nosso vernáculo – Sousa da Silveira tornou-se, como pesquisador e professor da língua portuguesa, um dos precursores dos estudos dialetais no Brasil (ALTMAN, 1998).

Aluno do Ginásio Nacional (depois, Colégio Pedro II) entre 1897 e 1902, formou-se engenheiro pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, tornando-se, mais tarde, professor catedrático de língua portuguesa da Faculdade Nacional de Filosofia, membro da Academia Brasileira de Filologia, além de presidente do Centro de Estudos de Língua Portuguesa, entre outros cargos que ocupou em várias instituições de pesquisa consagradas. Ao longo de extensos e intensos anos de atividade, publicou obras que se tornaram referência nos estudos do português, ora como pesquisa original, ora como diligentes compilações de autores relevantes, ora ainda como organizador de primorosas edições comentadas de nossos clássicos, como demonstram os seus *Trechos Seletos* (1919), *Lições de Português* (1923), *Algumas Fábulas de Fedro* (1927), “*Ánsia*”, “*Tecer*” e a *Ortografia Portuguesa* (1928), *Textos Quinhentistas* (1945), *Dois Autos de Gil Vicente* (1949) etc. (FILHO, 1959).

Evidentemente, diante de tão variada produção científica, não podia deixar de haver – em torno de seu pensamento – polêmicas de toda ordem, o que, se por um lado, faz de Sousa da Silveira um de nossos linguistas mais ecléticos, por outro lado, torna-o um de nossos mais criativos e rigorosos pesquisadores, levando-o a uma preocupação com as minúcias da língua portuguesa raramente contida em obras sobre o assunto. Mas semelhante ecletismo e rigor tinham seu reverso: não é difícil, com efeito, perceber em Sousa da Silveira uma tendência flagrante à polemização de fatos e conceitos linguísticos, bem como a uma leitura ideologizante deles. Isso, evidentemente, não subtrai os seus méritos, quiçá os reforça, concorrendo para considerá-lo um dos poucos autores que sabiam aliar explanações críticas acerca de um determinado assunto à escrupulosa metodologia analítica, situando-o, na primeira metade do século XX, ao lado dos principais estudiosos do nosso idioma (PINTO, 1988).

Entre os seus estudos mais originais, encontra-se uma conferência intitulada “A Língua Nacional e o seu Estudo”, que trata do registro dialetal brasileiro da língua portuguesa. A referida conferência foi pronunciada, pela primeira vez, em 1920, no salão nobre do *Jornal do Comércio*,

espaço tradicionalmente destinado a essa espécie de atividade, que, sobretudo nas primeiras décadas do século, pode ser considerada mais social que científica, mais literária que didática (BROCA, 1960; MACHADO NETO, 1973; NEEDELL, 1993). Provavelmente, tenha sido utilizada, um ano depois, nas aulas da Escola Normal, no Rio de Janeiro, mas é certo que, também em 1921, fora publicada na célebre *Revista de Língua Portuguesa* (na época dirigida por Laudelino Freire), para, posteriormente, ser publicada em suas *Lições de Português* (1923) (CHRISTINO, 2001).

Falando para uma plateia composta, majoritariamente, por não especialistas nos estudos da língua portuguesa, o filólogo brasileiro expõe suas ideias a respeito da constituição do que considera um verdadeiro dialeto do português, o dialeto brasileiro, já que rejeita, como demonstrou Carvalho e Silva, a denominação de língua brasileira para o português do Brasil (CARVALHO E SILVA, 1983).

O texto de Sousa da Silveira procura abranger as várias fases da formação da língua portuguesa, enfatizando sobretudo o processo de transplantação do idioma lusitano para o território nacional. Assim, destaca o fato de a língua geral (para ele, tupi) ter sido, durante boa parte de nossa história colonial, a língua mais falada no Brasil, motivo pelo qual acabou influenciando definitivamente o português utilizado por aqui. Apesar disso, completa o autor, não nos podemos furtar ao reconhecimento da grande ascendência do latim, e também de outros idiomas, sobre a vertente nacional de nosso idioma. É nesse sentido, como já aludimos, que Sousa da Silveira defende a ideia de que falamos, antes, um dialeto do português.

Neste contexto, o português brasileiro é entendido – em sua abordagem diacrônica – como o resultado de uma *evolução dialetal*. Assim, para o eminente filólogo, enquanto o português europeu teria dado origem a diversos dialetos, espalhados pelos continentes europeu e americano (a omissão do continente africano é mais do que coincidência, numa época marcada por um indefectível eurocentrismo), do dialeto brasileiro ter-se-ia originado uma série de subdialetos, cada qual falado nas diversas regiões que compõem nosso país.

Tal divisão advém principalmente da definição que Sousa da Silveira adota para a noção de dialeto, retirada de Leite de Vasconcelos, que por sua vez provém de Bluteau. Assim, segundo Sousa da Silveira, dialeto seria o “modo de falar próprio e particular de uma língua nas diferen-

tes partes do mesmo reino: o que consiste no acento, ou na pronúncia, ou em certas palavras, ou no modo de declinar e conjugar” (SILVEIRA, 1921, p. 18).

De acordo com Edith Pimentel Pinto, esta definição revela-se insuficiente e superficial, uma vez que Leite de Vasconcelos “não discute o termo *dialeto*. Antes, tendo o assunto por controverso, limita-se à conceituação geográfica mais ampla, de *variação territorial*, de *diferenciação local*” (PINTO, 1978, p. XXI).

Mas se semelhante acepção não atinge – tal como percebemos atualmente nos estudos mais avançados de dialetologia – certo rigor conceitual, serve como uma *definição mínima* de dialeto, a qual pode ser verificada, guardadas as devidas proporções, em outros estudiosos, como Celso Cunha, para quem o dialeto pode ser entendido como um

... sistema de sinais desgarrado de uma língua comum (...) normalmente, com uma concreta delimitação geográfica, mas sem uma forte diferenciação diante dos outros da mesma origem (...). Estruturas linguísticas, simultâneas de outras, que não alcançam a categoria de língua (ALVAR, *apud* CUNHA, 1983, p. 27).

As diferenças a que o autor chama de dialetais são, na verdade, variações fonológicas, morfológicas e sintáticas, verificadas no contraste entre os registros brasileiro e lusitano do português. Tais diferenças são apontadas pelo autor ao longo de todo o seu trabalho, destacando ora as divergências de uso e colocação pronominal (sintáticas), ora de emprego do léxico (morfológicas), ora de pronúncia (fonológicas).

Neste sentido e a título de exemplo, podem-se destacar algumas diferenças de pronúncia entre o português falado no Brasil (Rio de Janeiro) e em Portugal (Lisboa), propostas por Sousa da Silveira na referida conferência, como aqueles relacionadas a determinados fonemas, à vogal nasal em posição inicial e final, a determinados ditongos e vogais tônicas finais etc. Tais referências revelam um fato que, embora fartamente conhecido por qualquer observador da língua portuguesa nos dois continentes abordados, representa, para Sousa da Silveira, um elemento determinante para que se possa distinguir o português do Brasil e o de Portugal do ponto de vista dialetal.

Assim, apresentando algumas considerações a respeito de diferenças – sobretudo fonológicas – entre o português brasileiro e o europeu, Sousa da Silveira integra uma corrente do pensamento linguístico que, na primeira metade do século passado, defendia a autonomia da variante na-

cional da língua portuguesa. Autor que pode ser considerado um *moderado* nas questões que envolvem as diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal (TARALLO, 1993), inova na medida exata em que procura dar um caráter científico ao estudo da língua portuguesa falada no Brasil, além de reconhecer – o que, na época, não era tão comum como nos dias atuais – a existência de *variantes diatópicas*, na medida em que se propõe a comparar a linguagem falada de Lisboa com a do Rio de Janeiro, adotando, para tanto, uma perspectiva descritivista, método que será retomado, posteriormente, por Mattoso Câmara para discutir o mesmo fato (CÂMARA, 2004).

Apesar disso, seus fundamentos linguísticos padecem de certo anacronismo conceitual, na medida em que o autor manifesta uma visão evolutiva da língua, a qual tem como referência o determinismo do século XIX, com os fatos linguísticos sendo involuntariamente *determinados* pelo meio social:

devemos também conhecer-lhe [da língua] a história e a evolução, as mudanças materiais e semânticas das palavras (...) cumpre, sobretudo, incutir no estudante a noção e conceito de lei fonética, cuja força e constância se lhe mostrará patenteada na evolução dos vocábulos latinos para portugueses (SILVEIRA, 1921, p. 23).

Além disso, vez por outra, seu método analítico demonstra certo apego a um indesejável subjetivismo, já que utiliza como um dos fundamentos das divergências fonológicas entre o português do Brasil e o de Portugal argumentos como, por exemplo, o *langor* que certas vogais imprimiriam em nosso falar. Gladstone Chaves de Melo lembra, em seu original estudo sobre o português brasileiro, que semelhante argumento fora utilizado, em primeira mão, por Teodoro Sampaio, ao analisar a linguagem dos paulistas (MELO, 1975).

Tudo isso não se dá sem a ocorrência de um caráter valorativo e tradicionalista em suas análises, por meio do qual, aliás, Sousa da Silveira busca justificar as idiossincrasias do português falado no Brasil: assim, legitima o *valor* do português brasileiro pela semelhança com o português quinhentista – o qual é tomado como modelo clássico e purista de nosso idioma (MELO, 1975; CUNHA, 1997) – e passa a considerar alguns fatos gramaticais próprios do português falado no continente americano, como a tendência à colocação pronominal proclítica ou a substituição do pronome pessoal oblíquo pelo do caso reto, em sua opinião um fenômeno que pode ser creditado mais a uma inconsistente *moda brasileira* de se falar do que a um desvio normativo. Daí sua incondicional re-

jeição ao epíteto *brasileirismo*, com que alguns estudiosos, afirma-nos o autor, insistem em qualificar semelhantes fatos, argumentando peremptoriamente: “como se [esses fatos] nos não proviesse[m] do vetusto falar lusitano”! (SILVEIRA, 1921, p. 28).

Essa inegável tendência judicatória emerge, ao longo de seu texto, sob a forma de um exacerbado nacionalismo linguístico, uma vez que os fenômenos linguageiros próprios do falar brasileiro revelam, em sua opinião, uma espécie de orgulho nativo, explicitado nos seguintes termos:

isso mostra que somos um *povo* que já tem consciência do seu valor actual e grandiosas probabilidades futuras. Procedemos de acordo com a convicção de nossa *maioridade internacional*, perfilhando em nossa literatura vocábulos que nos provieram do meio onde nos desenvolvemos, das circunstâncias de nossa *formação nacional*, e da nossa vida em outro cenário do globo (SILVEIRA, 1921, p. 20, grifos nossos).

Aliando à sua análise linguística do registro oral brasileiro conceitos próprios do universo sociológico, por meio do qual buscava, de certo modo, explicar a formação de nossa nacionalidade, Sousa da Silveira insere-se numa longa tradição que, desde nossos primeiros gramáticos, faz da língua portuguesa um componente central para a valorização do povo lusitano e de seus descendentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMAN, Cristina. *A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas, 1998.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil*. 1900. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

CÂMARA, Mattoso. Os estudos de português no Brasil. *Dispersos*. Organizados por Carlos Eduardo Falcão Uchoa. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004, p. 231-258.

CARVALHO E SILVA, Maximiliano de. Sousa da Silveira e as suas *Lições de Português*. In: SILVEIRA, Sousa da. *Lições de português*. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1983.

CHRISTINO, Beatriz Protti. *Português de gente branca: certas relações entre língua e raça na década de 1920*. 2001. Dissertação (de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), São Paulo.

CUNHA, Celso. *Gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Padrão, 1983.

_____. Pronúncia brasileira e pronúncia quinhentista. In: GALANO, Ana Maria *et alii* (Orgs.). *Língua mar*. Criações e confrontos em português. Rio de Janeiro: Funarte, 1997, p. 19-25.

KOERNER, Konrad. Models in Linguistic Historiography. *Practicing Linguistic Historiography: Selected Essays. Studies in the History of the Language Sciences*. Amsterdam/Philadelphia: John Behjamins, vol. 50, p. 47-59, 1989.

_____. O problema da metalinguagem em historiografia da linguística. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*. Campinas, Unicamp, vol. 12, n. 01, p. 95-124, 1996.

MACHADO NETO, A. L. *Estrutura social da república das letras: sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930*. São Paulo: Grijalbo/Edusp, 1973.

MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical*. Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

PEREIRA FILHO, Emmanuel. Bibliografia de Sousa da Silveira. *Ibérica: Revista de Filologia*. Rio de Janeiro, n. 03, p. 209-229, 1959.

PINTO, Edith Pimentel. Introdução. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos – 1820-1920*. Fontes para a teoria e a história. São Paulo: Edusp, 1978, p. XV-LVIII.

_____. *História da língua portuguesa*. Século XX. São Paulo: Ática, 1988.

SILVEIRA, Sousa da. A língua nacional e o seu estudo. *Revista de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, n. 09, p. 17-32, 1921.

SWIGGERS, Pierre. Reflections on (Models for) Linguistic Historiography. In: HÜLLEN, Werner (Ed.). *Understanding the Historiography of Linguistics Problems and Projects*. (Symposium at Essen, 23-25 November 1989). Münster: Nodus, [s./d.], p. 21-34.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

_____. *Histoire de la Pensée Linguistique. Analyse du Langage et Réflexion Linguistique dans la Culture Occidentale, de l'Antiquité au XIXe. Siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

TARALLO, Fernando. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Unicamp, 1993.